



## A MORTE DA CLÍNICA: MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E LUTA PELA DESPATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL (1978-1990)

AILTON JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO\*

*“Se a homossexualidade é uma doença, então deveríamos avisar diariamente no trabalho:  
'Oi. Não posso trabalhar hoje, ainda estou gay'.”*  
Robin Tyler<sup>1</sup>

### Introdução

O final da década de 1970 e os anos 1980 no Brasil foram marcados pelo processo de abertura política e redemocratização do Estado Nacional após o Golpe Civil-militar de 1964. Esta fase de “distensão lenta, gradual e segura” foi também um vetor de reorganização e organização de diversos segmentos sociais. É nesta urdidura que, em 1978, ano eleitoral, inicia-se a primeira onda do “Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)”<sup>2</sup>, impulsionada, sobretudo, pela fundação e atuação do grupo “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, de São Paulo. Uma das primeiras lutas encampadas pelo MHB, notadamente sob a égide do grupo Somos-SP, foi a campanha pela despatologização da homossexualidade no país.

Já na década de 1980, contrariando a tese de “acomodação” e “declínio”, o movimento homossexual vislumbrou nas fendas abertas pela redemocratização do país a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas, iniciando assim um novo estilo de militância e diálogo com a sociedade política. Foi nesse interstício que o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 29 de fevereiro de 1980, liderou uma campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno

---

\* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador-bolsista com financiamento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [ailtonet@hotmail.com](mailto:ailtonet@hotmail.com).

<sup>1</sup> Robin Tyler é uma estadunidense que, juntamente com Diane Olson, protagonizou o primeiro casamento homossexual da Califórnia.

<sup>2</sup> Para Simões e Facchini: O movimento político em torno da homossexualidade no Brasil pode ser dividido em três “ondas” ou fases: a “primeira onda”, focalizada no período que corresponde a “abertura política”, de 1978 em diante, quando surge o grupo Somos e o jornal Lâmpião da Esquina; a “segunda onda”, da qual o Grupo Gay da Bahia faz parte, marcada pelo processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e pelas mobilizações em torno da Assembleia Constituinte e no combate à epidemia do HIV-AIDS; e a “terceira onda”, iniciada a partir de meados da década de 1990, caracterizada pela parceria entre Estado e grupos homossexuais organizados, pela adoção da designação LGBT para identificar o movimento e a consagração das “Paradas do Orgulho LGBT” em todo país. (SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.14).

sexual”. Com isso, somam-se às ações políticas do movimento homossexual voltadas para a sociedade civil, de contornos mais micros, um enfoque político institucional, visando o Estado.

Este trabalho se dispõe a analisar as mobilizações homossexuais na luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil entre os anos de 1978 a 1990, dando-se grande ênfase à atuação do grupo Somos-SP e do Grupo Gay da Bahia (GGB). Para tal abordagem, faz-se uso de uma revisão bibliográfica que referencia a discussão, de matérias publicadas no *Jornal Lâmpião da Esquina* e de boletins informativos do GGB publicados entre os anos de 1981 e 1990.

Antes de qualquer coisa, cabe salientar que a sinonímia entre homossexualidade e doença é bem anterior às décadas de 1970 e 1980, e não era uma particularidade da saúde pública brasileira. De acordo com filósofo e historiador Michel Foucault (2006), a homossexualidade é uma invenção da modernidade, o homossexual é uma espécie “fabricada” por ela. Foucault data como marco do seu nascimento o artigo de K. F. O. Westphal em 1870. Neste, a homossexualidade – “sensações sexuais contrárias”, como se refere o autor – é descrita como “uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino.” Nasce, assim, a clínica<sup>3</sup> da homossexualidade.

Sem embargo, é salutar destacar que historiadores da sexualidade, como Jonathan Ned Katz, aponta que o uso do termo “homossexual” foi empregado um ano antes pelo jornalista e memorialista Karl-Maria Benkert<sup>4</sup> em uma carta enviada em 6 de maio de 1868 para Karl Henrich Ulrichs. Ambos eram considerados reformadores sexuais e lutaram em defesa da reforma da lei da sodomia na Alemanha. Segundo Katz, esses primeiros militantes modernos do amor pelo mesmo sexo conseguiram mobilizar toda a sociedade alemã numa grande campanha pela remoção do artigo 175 do Código Penal germânico que previa a condenação de sodomitas. Não obstante, apesar de obterem êxito, esse processo de descriminalização da homossexualidade na Alemanha foi o responsável por conferir ao homossexual um caráter “inferior” diante daqueles que amavam o sexo diferente. Para o autor, trata-se de uma grande ironia da história, pois numa tentativa estratégica de demonstrar que os praticantes de sexo

---

<sup>3</sup> “A clinica não é um instrumento para descobrir uma verdade ainda desconhecida; é uma determinada maneira de dispor a verdade já adquirida e de apresentá-la para que ela se desvele sistematicamente.” (FOUCAULT, 1977: 66).

<sup>4</sup> De acordo com Júlio Assis Simões e Regina Facchini, depois ele mudou o seu nome para Károli Maria Kertbeny. Ver: SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 38.

com iguais não eram criminosos, nem pecadores, eles essencializaram o desejo pelo mesmo sexo atribuindo-lhe um caráter patológico, uma pulsão inata e invertida, por conseguinte, não passível de punição, mas de tratamento médico.

Independente da intencionalidade e manipulação do conceito pelos produtores de linguagem e usuários percebe-se que a invenção do “homossexualismo”<sup>5</sup>, enquanto categoria discursiva, está totalmente vinculado a ideia de doença.

Assim, a homossexualidade antes vista como pecado ou crime, passou a ser classificada também como uma patologia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo Ruy Laurenti (1984), em seu editorial intitulado *Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças*, publicado na “Revista de Saúde Pública” em 1984, o “homossexualismo” foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS a partir da sua 6ª Revisão, em 1948, na Categoria 320 “personalidade patológica”, por ser considerado um “desvio sexual”. Esta categorização foi revista na 8ª Revisão, em 1965, na qual o homossexualismo passou a ser compreendido como pertencente a Categoria 302 “desvio e transtornos Sexuais”, mais especificamente, na sub-categoria 302.0 – “Homossexualismo”. Com a 9ª Revisão, em 1975, manteve-se a homossexualidade na mesma classificação. Não obstante, nesse período, muitos psiquiatras, principalmente dos Estados Unidos, já refutavam esta disposição. Desse modo, Laurenti ressalta que a OMS incluiu a seguinte orientação sobre este código: “Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental” (LAURENTI: 1984).

A partir da inclusão desta nota na 9ª Revisão da CID, o saber médico que concebia a homossexualidade como doença, até então encastelado em sua “verdade”, passa a sofrer diversos ataques dentro do próprio campo da medicina, como também da psicologia. Da mesma forma, ativistas homossexuais passaram a reivindicar a revogação desse código 302.0 por entender que essa patologização reforçava a série de atribuições negativas direcionadas àqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo e era responsável por conferir a eles um *status quo* de subcidadão, categoria inferior dentro da estruturação social. Outrossim, foi a partir desta concepção que as primeiras organizações homossexuais brasileiras puseram em prática uma campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil e no mundo no final da década de 1970 e nos anos 1980. Cabe, por conseguinte, analisarmos os percalços e as conquistas desses militantes homossexuais na luta pela despatologização da

homossexualidade no país.

### **O Grupo Somos-SP e a luta contra a sinonímia entre homossexualidade e doença**

Para muitos estudiosos é consenso que o Movimento Homossexual Brasileiro, como era denominado anteriormente o movimento LGBT<sup>6</sup>, emergiu na década de 1970, em plena a Ditadura Militar. Tem como marco dois acontecimentos que estão intimamente ligados: a publicação da edição de número zero do “Jornal Lampião da Esquina” em 1978, que discutia temas de interesse dos homossexuais e de outras minorias, e o surgimento do primeiro grupo organizado de homossexuais, o “Somos-SP”, fundado em São Paulo, neste mesmo ano.

A luta contra a sinonímia entre homossexualidade e doença se inicia ainda nessa primeira onda do Movimento Homossexual Brasileiro, impulsionada, sobretudo, pela atuação do grupo “Somos-SP”. De acordo com Edward MacRae (1990), esta organização homossexual foi fundada em abril de 1978. Tinha como integrantes, além do próprio MacRae, nomes como o de João Silvério Trevisan, do estadunidense James Naylor Green, mais conhecido como Jimmy, Glauco Mattoso, Jean-Claude Bernadet, entre outros. Logo de início o grupo adotou o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”. Foi somente em um debate na USP, em 1979, promovido pelos estudantes de Ciências Sociais que o grupo passou a se chamar “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, em homenagem a uma publicação da extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina. Esse debate propiciou também a formação de outros dois grupos, o “Eros” e o “Libertos”.

A atuação de João Silvério Trevisan no Somos e sua participação no conselho editorial do Lampião da Esquina fez com que os destinos do grupo e do jornal sempre estivessem entrecruzados. De acordo com Simões e Facchini (2009), constantemente as publicações do Lampião traziam alguma matéria sobre as ações do Somos, da mesma forma os integrantes do grupo colaboravam na comercialização do jornal. Essa aliança culminou na organização do Encontro de Homossexuais Militantes, em dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, atraindo grupos organizados de todo o país. Este evento foi o pontapé inicial da campanha do MHB pela despatologização da homossexualidade no país, haja vista que as principais

---

<sup>5</sup> Termo utilizado na época. O sufixo “ismo” representava um indicativo de doença.

<sup>6</sup> Atualmente o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil é reconhecido pelas siglas LGBT, que designa a luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros na busca por cidadania plena e direitos humanos no país.

reinvidicações aventadas neste encontro eram a inclusão na Constituição Federal do respeito à “opção sexual” e a retirada da homossexualidade da lista das doenças mentais.

Em abril de 1980, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), realizados em São Paulo, dessa vez quem ficou responsável pela organização foi apenas o Somos. O evento contou com a cobertura do jornal *Lampião da Esquina* e a participação de organizações homossexuais de todo o país. Entre as deliberações oriundas deste evento ficou decidido o compromisso de todos os grupos participantes na ação pela alteração do Código de Doenças referentes a “transtornos sexuais”. Dentre as poucas questões que tiveram o consenso das organizações participantes estava à proposta de extinção do parágrafo 302.0 da CID da OMS. Na edição de maio de 1980, o *Jornal Lampião* destacou as decisões tomadas referentes a essa proposta:

*3. Entrar em contato com médicos, psicólogos, psiquiatras e interessados, dentro dos grupos e fora deles, para confeccionar trabalhos sobre homossexualismo, a fim de criar discussão dentro do Congresso Anual do SBPC.*

*4. Criação, em cada grupo, de uma comissão encarregada de estudar medidas para viabilizar: 1) a alteração da Constituição Brasileira no que diz respeito a opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão; 2) alteração no Código Internacional de Doenças – OMS – 302.0, código esse seguido pelo INPS, que inclui o homossexualismo como desvio mental.*

*5. Criação de uma comissão de médicos e advogados para pressionar a OMS, a Pan América e a OAB, no sentido de viabilizar, na prática, as alterações propostas no Código Internacional de Doenças e na Constituição Brasileira.*

*6. Elaboração de uma carta, a ser lida na parte aberta do Encontro, destinada à Associação de Psiquiatria e de Psicologia do Brasil, denunciando o tratamento dado aos homossexuais.<sup>7</sup>*

Entretanto, essas deliberações não foram levadas adiante pelo Somos-SP. Conforme Simões e Facchini (2009), as constantes divergências internas geraram uma cisão no grupo, provocando a formação de uma nova organização denominada de “Outra Coisa”. Aproveitando o embalo, o subgrupo formado por lésbicas resolveram também se desvincular do Somos e fundaram o “Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)”. Passado esse acontecimento, o Somos-SP continuou a sofrer dissensões se dissolvendo de vez no ano de 1982.

Para alguns militantes e pesquisadores que vivenciaram esse período, a dissolução do Somos, juntamente com o fechamento do jornal *Lampião da Esquina*, em junho de 1981, representou um declínio do Movimento Homossexual Brasileiro. No entanto, para alguns

---

<sup>7</sup> JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano 2. Nº 24, maio de 1980.

estudiosos e ativistas contemporâneos, o fim do grupo representou, na verdade, o início de uma segunda fase do MHB com a emergência de novos grupos organizados e a presença de novos personagens marcantes na cena política homossexual. É nesse período que surge o Grupo Gay da Bahia, fundado em Salvador, sob a liderança de Luís Mott. A trajetória política do GGB é de extrema importância para se compreender a continuidade da luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil

### **O Grupo Gay da Bahia e a campanha nacional pela extinção do parágrafo 302.0 do INAMPS**

A década de 1980 presenciou o surgimento de grupos homossexuais empenhados em discussões mais orgânicas, menos resistentes a institucionalização, focados numa identidade homossexual já estabelecida e preocupados com uma politização da homossexualidade tanto dentro quanto fora do movimento. No entanto, esse processo é mais contínuo do que descontínuo, visto que muitas das principais reivindicações dessas novas organizações foram ainda suscitadas pelos primeiros grupos de homossexuais. Além disso, cabe salientar que muitas dessas vicissitudes no estilo de militância foram concernentes com o processo social e político de Abertura Política e redemocratização enfrentado pelo país.

A abertura política iniciou-se com a ascensão do General Ernesto Geisel à presidência da república, em 1974. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007), tratou-se de uma estratégia dos militares para manterem o poder frente ao avanço do único partido legalizado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), principalmente entre os setores de classe média como professores, advogados, médicos, funcionários públicos, entre outros, que já se mostravam insatisfeitos com o regime militar. Além disso, o governo militar sofria fortes pressões de estudantes e trabalhadores que já reivindicavam a volta da democracia.<sup>8</sup>

Apesar dessa “distensão lenta, gradual e segura” chancelada pelo governo de Geisel desagradar e gerar contestações da oposição, composta basicamente pelo MDB e sociedade civil organizada, este vagaroso processo permitiu a organização de diversos segmentos sociais, gerando novos arranjos políticos e uma maior compreensão jurídico-institucional do

---

<sup>8</sup> Para mais informações sobre o processo de redemocratização do Brasil pós-Ditadura Militar ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil

Estado por parte da sociedade civil na luta pela democratização e conquista de direitos, ampliando, assim, a noção de cidadania e participação política. Sobre isto, em sua análise acerca da emergência dos novos movimentos sociais na década de 1970, Scherer-Warren (2009), no seu livro *Rede de Movimentos Sociais*, apresenta o seguinte argumento:

*No Brasil, o período ditatorial, com um regime que restringiu e constrangeu a atuação das camadas populares nos planos econômico, político e cultural/ideológico, foi o espaço para que os antigos grupos se organizassem em novos moldes (p. ex.: Novo Sindicalismo, Novas Associações de Bairro), e novos grupos surgissem como forças políticas no seio da sociedade civil (p. ex.: as comunidades eclesiais de Base e agrupamentos de pressão por elas influenciados, Movimentos Feministas, Ecologistas, Étnicos e outros). (SCHERER-WARREN, 2009, p. 52).*

Entre esses novos grupos que surgiram na década de 1970 estavam também os de homossexuais, como foi o caso dos grupos “Somos”, “Ação Lésbico-Feminista”, “Eros” e “Libertos” de São Paulo, o “Somos” e o “Auê” do Rio de Janeiro, o “Beijo-Livre” de Brasília, entre outros. No entanto, diferentemente dessa primeira militância homossexual, o Grupo Gay da Bahia, fundado em Salvador, em 29 de fevereiro de 1980, que procurou obter vantagens deste novo cenário político levando adiante muitas das demandas suscitadas por esse primeiro movimento homossexual.

O surgimento do GGB está vinculado à chegada a Salvador daquele que seria o seu principal articulador: o antropólogo Luiz Mott. Além deste, entre os membros-fundadores, destacam-se também nomes como os de Ricardo Líper, Antônio Pacheco, também conhecido como Tony Pacheco, Alexandre Ferraz, Hédimo Santana, Wilson Santana, Aroldo Assunção, Huides Cunha, Davi Aranha, entre outros.

Uma das primeiras lutas encampadas pelo Grupo Gay da Bahia logo depois da sua fundação foi a campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil. Pensando em tirar vantagem desse processo sociopolítico que estava ocorrendo no país, o GGB iniciou uma mobilização nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Aproveitando a realização da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho na cidade de Salvador, o grupo organizou diversas manifestações contra a discriminação cientificista da

homossexualidade. Tais atividades tinham como objetivos específicos à busca por visibilidade da causa gay, devido à presença da grande imprensa no evento, e apoio da sociedade científica e civil a favor da despatologização da homossexualidade, por meio de um abaixo-assinado. De acordo com o Boletim Informativo do GGB:

*Cá estiveram representantes dos seguintes grupos: DIALOGAY/Sergipe, NÓS TAMBÉM/Paraíba, GATHO/Pernambuco, FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/SP, GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTAS/SP, SOMOS/RJ e AUÊ/RJ. O OUTRA COISA mandou-nos telegrama e o SOMOS/SP enviou um texto, “Carta aberta à SBPC”. Nossas atividades mereceram reportagem em todos os principais jornais de Norte a Sul inclusive notas e fotos (a cores!) na Veja, Istoé e Visão. Fizemos um ato público num circo/auditório, com mais de 1.000 pessoas; a “barraca gay” foi o ponto mais badalado e concorrido de toda a reunião; furamos mais de 60 orelhas de homens que aderiram a nova moda introduzida pelos gays; fomos alvo de ameaça terrorista; conseguimos mais de 4 mil assinaturas contra o §302.0 do INAMPS; aceitamos o desafio e saímos vitoriosos num debate de improviso com um padre católico sobre o tema “a verdade sobre o sexo”...<sup>9</sup>*

Em tom ufanista, o grupo pôde ainda comemorar a aprovação por unanimidade por parte dos cientistas membros da SBPC de uma moção que comprometia a direção do órgão a lutar contra o código de saúde que associava à homossexualidade a doença.

A campanha ganhou ainda mais impulso depois do envio de uma carta-protesto, intitulada “Mais cuidado com os gays”, em outubro de 1981, direcionada ao Ministro da Previdência Social Dr. Jair Soares. Tal iniciativa foi uma resposta às declarações moralistas do Dr. Newton Guimarães, diretor da Faculdade de Medicina da UFBA, que afirmou no “Jornal A Tarde”, em janeiro de 1981, que os homossexuais eram os principais responsáveis pelo aumento das doenças venéreas no Brasil. A partir daí o Grupo Gay da Bahia fez um levantamento da incidência de doenças venéreas na comunidade homossexual de Salvador. Para isso, disponibilizou médicos e investigou arquivos da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador, pois além de informações gerais, essas fichas também indagavam acerca da ocorrência de doenças venéreas. De acordo com o dossiê formulado pelo grupo, tendo o Pelourinho como amostra, esta pesquisa revelou que 90% dos homossexuais dessa região, de um universo de 131 informantes, nunca foram portadores de doenças venéreas.

Independente da validade ou não deste resultado por se tratar de uma pesquisa feita pela militância homossexual, tal estatística fez com que o GGB fundamentasse ainda mais as posições do movimento homossexual brasileiro contra o parágrafo 302.0. Segue abaixo um



trecho da carta direcionada ao ministro:

*QUE TAL SR. MINISTRO, APROVEITAR ESTA OPORTUNIDADE PARA SOLENEMENTE V.S.<sup>a</sup>. APOIAR A DECISÃO DOS CIENTISTAS BRASILEIROS EM LUTAR CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ANTI-CIENTÍFICA CONTRA OS HOMOSSEXUAIS?! ESTEJA CERTO, SR. MINISTRO, QUE NÃO SÓ OS MAIS DE 10 MILHÕES DE HOMOSSEXUAIS DO BRASIL, MAS TAMBÉM TODOS OS BRASILEIROS ESCLARECIDOS E TODA A COMUNIDADE CIENTÍFICA – E SOBRETUDO A HISTÓRIA – HÃO DE SE LEMBRAR QUE FOI EM SEU MINISTÉRIO QUE O BRASIL ABOLIU A ESCRAVIDÃO DOS HOMOSSEXUAIS.<sup>10</sup>*

O fragmento escrito todo em letras maiúsculas, assim como no original, revela o anseio do grupo acerca dessa questão. Com toda esta agitação, a polêmica sobre o caráter patológico ou não da homossexualidade adentrou diversos segmentos da sociedade baiana e brasileira. Diretores de escola, médicos, professores universitários, entre outros, se posicionaram contra ou a favor da despatologização da homossexualidade. A campanha contra o INAMPS se propagou por todo o país, contando com assinaturas de diversas representações sociais. Diante de toda esta pressão, em 11 de março de 1982, o grupo obteve a primeira resposta do Estado a respeito da sua petição. O ministro Jair Soares enviou a seguinte carta ao GGB:

*“ACUSANDO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDÊNCIA, DIRIJO-ME A V. S.<sup>a</sup>. INFORMANDO QUE A ENCAMINHEI AO ÓRGÃO COMPETENTE DESTE MINISTÉRIO O QUAL DEVERÁ MANIFESTAR-SE QUANTO À VIABILIDADE DO ATENDIMENTO SOLICITADO. ass. JAIR SOARES”.<sup>11</sup>*

Era o primeiro indício que o movimento homossexual poderia sair com vitória desta empreitada. A resposta de um representante do governo acenou para um novo tipo de relação entre o MHB e o Estado, tendo como principal agente na busca por esse emparelhamento o Grupo Gay da Bahia, com suas ações coletivas e visibilidade alçada nos primeiros anos da década de 1980. Outrossim, é salutar destacar que 1982 foi um ano marcante no processo de redemocratização do país, pois é neste momento que ocorreu as primeiras eleições diretas pós-regime militar para governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores em todo os estados da federação.

---

<sup>9</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I. Nº 1. Agosto de 1981.

<sup>10</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I. Nº 2. Agosto de 1981.

<sup>11</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, Nº 3, abril de 1982.

### **Nas brechas da redemocratização: a despatologização da homossexualidade no Brasil**

A promessa de uma nova constituição federal agitou os diversos movimentos sociais na busca por conquistas imediatas no início da década de 1980, muitas vezes negociadas com os novos partidos políticos que emergiram nesse período com a revogação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) que previa o bipartidarismo. Segundo Gohn, citando Tarrow, “os movimentos sociais ocorrem quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam.” (GOHN, 2008: p. 33). Neste contexto, o GGB passou a alinhar as ações coletivas em torno dos direitos homossexuais com outras mobilizações coletivas. A partir daí, a discussão em torno da despatologização da homossexualidade adquire contornos mais institucionais.

Essa visão mais utilitarista da luta social baseada na conquista de uma “cidadania homossexual plena”<sup>12</sup> passa a sofrer críticas de muitos ativistas homossexuais da primeira onda do MHB. Muito mais focados em uma política existencialista, estes passaram a conceber o alinhamento desses militantes com a política do Estado como uma forma de cooptação do movimento.

Entretanto, para o Grupo Gay da Bahia, independente dos interesses dos partidos de oposição e do governo militar, era importante aproveitar as brechas deste novo cenário político que se apresentava na primeira metade da década de 1980. Partindo dessa concepção, o grupo sentou com candidatos dos recém-fundados partidos políticos de oposição como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Entre esses se destacam os candidatos Emiliano José e Sérgio Santana, pelo PMDB, e José Sérgio Gabrielli que, filiado à plataforma nacional do PT, incluía a defesa dos homossexuais em sua campanha. Levando em consideração o oportunismo destes partidos e evidenciando seu apartidarismo, o GGB traçou suas condições para aqueles que pretendiam apoiar a causa “gay”. A principal imposição era que o candidato apoiasse a luta pela remoção do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS. Como transcrito nos boletins informativos do grupo:

---

<sup>12</sup> Para José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, uma “cidadania plena” seria aquela que combinasse liberdade, participação e igualdade para todos. Conforme Carvalho: “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se

*A condição prévia é o comprometimento por parte do candidato em apoiar nossa luta pela revogação do famigerado §302.0 do Código de Saúde do INAMPS que qualifica o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”. Também exigimos o compromisso em propor leis que permitam a livre expressão sexual dos cidadãos, para que haja mais respeito aos homossexuais e o fim total da repressão policial brutal de que somos alvo.<sup>13</sup>*

A partir daí a luta pela despatologização da homossexualidade se trava cada vez mais no campo da macropolítica. Destaca-se também neste período a parceria do GGB com o militante gaúcho João Antônio Mascarenhas que teve participação crucial no processo de institucionalização do grupo, disponibilizando seus serviços de advogado e prestando consultoria na luta pela obtenção do registro do Grupo gay da Bahia. Com isso, o GGB se tornou o primeiro grupo homossexual a obter o registro de sociedade civil sem fins lucrativos, em 24 de janeiro de 1983<sup>14</sup>.

O ano de 1984 inicia-se com a celebração do movimento homossexual em todo o mundo como o “ano gay internacional”. Nesta onda de celebração, e com a vitória na luta pelo reconhecimento jurídico do grupo, o Grupo Gay da Bahia retoma com toda força a campanha pela extinção do parágrafo 302.0 do Código de saúde do INAMPS. Foi neste ano ocorreu também o II EGHO, entre os dias 13 e 15 de janeiro, em Salvador. Neste encontro, foi evidenciada novamente a prioridade a ser dada à luta pela despatologização da homossexualidade. Em julho, mais uma vez os militantes homossexuais de todo o Brasil participaram da reunião anual da SBPC que ocorria neste ano em Belém, no Pará. Em agosto deste mesmo ano, o GGB distribuiu uma circular, intitulada “Todos devem Protestar”, exigindo do Ministro da Saúde a desvinculação entre homossexualidade e doença. Este documento foi composto ainda por diversas cartas de protesto de vários militantes internacionais. Neste momento, alguns países, devido à pressão dos movimentos homossexuais locais, já tinham retirado a homossexualidade do seu código de doença, como foi o caso da Noruega e Canadá<sup>15</sup>.

Em 1985, a campanha pela extinção do parágrafo 302.0 do código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual já contava com o apoio de importantes associações científicas do país, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Estudos

---

beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.” (CARVALHO, 2008, p. 9).

<sup>13</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II. Nº 4. Setembro de 1982.

<sup>14</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano II, nº 06, março de 1983.

Populacionais, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais e por último, a Associação Brasileira de Psiquiatria, de 308 políticos, incluindo o governador de São Paulo e vice-governador do Rio de Janeiro, e de mais de 16 mil assinaturas de cidadãos brasileiros de todo o país<sup>16</sup>. Aproveitando as eleições indiretas neste ano, que previa o retorno de um presidente civil ao poder, e toda a comoção nacional pela volta da democracia, o GGB saiu em busca de apoio dos candidatos à presidência para a sua causa. No entanto, obteve apenas a resposta positiva do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves.<sup>17</sup> A promessa de Tancredo Neves de conceder aos homossexuais “um lugar ao sol” representou uma luz no fim do túnel para o movimento.

Diante de toda esta mobilização de atores homossexuais, sociedade civil e alguns políticos, notadamente sob a égide do Grupo Gay da Bahia, a tão sonhada conquista do movimento homossexual brasileiro ocorreu em 9 de fevereiro de 1985, e foi celebrada como a maior vitória dos gays brasileiros.

*Com todas essas adesões e significativo apoio popular com mais de 16 mil assinaturas, finalmente aos 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu nossa reivindicação, deixando a homossexualidade de ser enquadrada no código 302.0 e passando para o código 2062.9, “outras circunstâncias psicossociais”, ao lado do “desemprego, desajustamento social, tensões, psicológicas”. Como o “CID” inclui também códigos não relativos a doenças, os quais servem unicamente para codificar motivos de atendimento médico, a partir de então a homossexualidade deixou de ser considerada “desvio e transtorno sexual”, para tornar-se apenas uma estatística do atendimento médico. Assim sendo, não há mais nenhuma lei, nem código no Brasil que se refira à homossexualidade como “patologia”. Portanto é legal ser homossexual, é saudável ser homossexual. Nossos agradecimentos a todos que com sua assinatura e empenho colaboraram com o GGB nesta histórica vitória.<sup>18</sup>*

Para o Movimento Homossexual Brasileiro, a despatologização da homossexualidade em 1985, além de representar a primeiro êxito efetivo destes militantes homossexuais, foi um grande passo na luta contra a discriminação e “subcidadania” homossexual. Vale ressaltar que, conforme Green (2000), no Brasil não havia uma legislação que punisse o amor pelo mesmo sexo desde a promulgação do código Penal Imperial, por D. Pedro I, em 1830, apesar de muitos deles serem enquadrados em outros artigos penais que se referiam a “atentado ao

<sup>15</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano III. Nº 08. Janeiro de 1984.

<sup>16</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano III. Nº 09. Julho de 1984.

<sup>17</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 10. Janeiro de 1985.

<sup>18</sup> BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 11. Julho de 1985.

pudor”, “depravação moral”, entre outros. A ausência de leis contrárias às atividades sexuais entre iguais não anulava e nem atenuava o preconceito. Entretanto, o fato de não existir tal legislação fazia com que os amantes do mesmo sexo no Brasil não tivessem um alvo na luta pelo fim da inferiorização. Com a organização do MHB na década de 1970, os grupos organizados se voltaram contra o Código de Classificação de Doenças da OMS. Pela primeira vez os homossexuais estavam diante de uma luta com trincheiras estabelecidas de ambos os lados. A conquista do Movimento Homossexual Brasileiro em relação à extinção do parágrafo 302.0 Código do INAMPS se antecipou em muito a despatologização da homossexualidade no plano internacional, que só ocorreu em 17 de maio de 1990.

No entanto, o ano de 1985 marcou também o início de uma nova batalha. Neste ano, espalhou-se por todo país a notícia de uma doença que matava, sobretudo, os gays. A chegada do HIV/AIDS no Brasil, desde 1982, e o grande número de vítimas homossexuais sinalizou mais uma vez para a sinonímia entre homossexualidade e doença. Apesar da relutância da militância em se envolver com tal questão, devido ao medo da morte e estigmatização, sua atuação também foi de extrema importância no combate a essa epidemia. Para isso, as relações estabelecidas com o estado na primeira metade da década de 1980 na luta pela despatologização da homossexualidade possibilitaram um diálogo profícuo entre governo e movimento homossexual. Pois, ao invés de serem visto como doentes sentenciados à morte, os homossexuais passaram a ser concebidos, sobretudo, devido a atuação da militância homossexual, como “grupo de risco”. Atribuindo, assim, ao Estado a devida responsabilidade de garantir as condições para uma dignidade humana, como proteção social e saúde pública. Mas, essa é outra história que extrapola os objetivos desta discussão.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, por meio de tal abordagem e análise das fontes, buscou-se demonstrar a importância do Movimento Homossexual Brasileiro no processo de despatologização da homossexualidade no Brasil, dando-se grande destaque para as atuações do Grupo Somos-SP e do Grupo Gay da Bahia.

A vitória do movimento homossexual brasileiro em sua campanha pela remoção do código 302.0 do INAMPS, além de sinalizar para a morte da clínica da homossexualidade, de um saber-poder médico-psicológico sobre o corpo e a mente dos amantes do mesmo sexo,

representou ainda uma ampliação da cidadania homossexual, exigindo do Estado a garantia de direitos fundamentais, principalmente, após o surgimento do HIV/AIDS e a estreita relação dessa epidemia com as atividades homossexuais.

Por fim, essa história aqui contada com seus sujeitos e antagonismos sociais é também mais um capítulo das lutas sociais no Brasil da redemocratização. Os anos 1980, a “década perdida” para a economia e de grandes mudanças políticas, ainda guarda muitas minudências a serem exploradas. Mais uma vez é necessário esperarmos a vontade de “Clio”. Enquanto isso, vamos montando as peças desse tempo tão próximo e ainda tão pouco problematizado.

## Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

KATZ, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAURENTI, Ruy. “Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças”. *Rev. Saúde Pública*, vol.18, nº 5, São Paulo, Outubro de 1984.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil Republicano, Vol. 4).

SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.